

# ROSA

(Rede de ONG's/Associações em Serviço da Agricultura e Segurança Alimentar)

## ALCANÇANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MOÇAMBIQUE

**Conferência Internacional de Reformas Agrárias e  
Desenvolvimento Rural**

(1º draft)

Maputo, Janeiro de 2006

**Contacto:**

**Secretariado da ROSA**

**Associação ABIODES**

**Rua Joaquim Lapa, 192- 1º andar, C.P.2146, telefax 21314854, cell: 823061920,**

**E-mail: [abiodes@tvcabo.co.mz](mailto:abiodes@tvcabo.co.mz)**

Em Moçambique, só 20% dos 36 milhões de hectares com aptidão agrícola é que é explorada por cerca de 2,5 milhões de famílias camponesas. Aqui a actividade agrícola como tal, ultrapassa a dimensão meramente económica. Aqui, 78% da população vive no meio rural e desta 80 ocupa-se da agricultura. 71% da população nas condições de pobreza absoluta (indigência) estão nas zonas rurais.

Entretanto, a agricultura contribui com apenas 32% do PNB e 90% da produção agrária é feita pelo sector familiar. Este quadro espelha o quanto a agricultura não deve ser vista unicamente como uma actividade económica, havendo que encará-la sob ponto de vista socio-económico e cultural e de desenvolvimento do meio onde é praticada – o meio rural.

Na origem desta situação está percurso histórico marcado pela pressão do sistema colonial sobre a agricultura familiar nacional que se manifestava através da imposição do cultivo de culturas de rendimento em detrimento das culturas alimentares.

A estratégia da economia rural colonial assentava-se na exploração do sector familiar camponês que ao mesmo tempo que fornecia mão-de-obra, alimentos e matéria-prima baratos, produzia também para a sua subsistência.

Precisamente para evitar o aparecimento de camponeses sem terra e/ou de operários completamente dependentes do patronato para a sua sobrevivência, o sistema colonial mantinha a “posse” da terra com os camponeses. Isto garantia a participação do campesinato na economia colonial, por um lado como força de trabalho assalariada e por outro como produtor de excedentes, ou seja de matérias – primas.

As políticas pós-independência também não puderam, até hoje, emprestar a este sector uma auto-sustentabilidade que assegure alguma estabilidade para o sistema agrícola nacional. Neste contexto, o sector agrícola familiar, por ser aquele último reducto dos esforços individuais para a sobrevivência é que subsiste e, mesmo assim, num ambiente pouco favorável, que se conforta com as condições de pobreza características das zonas rurais. Na mesma base tecnológica de há mais de trinta anos, continua o fomento de culturas de rendimento em conflito com as culturas alimentares.

A gerra de desestabilização que assolou Moçambique durante cerca de 16 anos afectou muito negativamente todos os esforços do estado para o desenvolvimento rural no geral e o desenvolvimento agrário em particular .

Havendo a agricultura, a nível do governo, sido definida como a base para o desenvolvimento económico do país, depois da guerra as actividades nas zonas rurais eram maioritariamente dinamizadas por projectos de instituições internacionais em parcerias com ONGs. Porque tais acções não respondiam de forma coordenada a um programa nacional, o governo adoptou o PROAGRI — Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário que já vai na sua segunda fase de implementação.

Este surgiu como uma resposta à necessidade de estruturar as acções de investimento do sector público agrário com objectivos definidos, em alternativa a

projectos descoordenados, e à necessidade de emprestar uma maior eficiência e sustentabilidade na utilização dos escassos recursos disponíveis.

Este, está ainda longe de dar solução aos problemas da agricultura no país. A baixa rentabilidade da produção familiar, que por sua vez deriva de vários factores como a baixa produtividade, a imperfeição do mercado e os baixos preços dos produtos agrícolas nos poucos mercados existentes, para além de factores estruturais como altos custos de transacção resultantes de fracas infra-estruturas rurais, inexistência e/ou alto custo do crédito agrícola e outros, estão na origem da situação de pobreza dos agricultores e da pobreza rural no geral.

## **2. O quê que temos ?**

A vida e a agricultura no meio rural resumem-se na pobreza camponesa que se circunscreve na inexistência de condições para aceder a bens e serviços conducentes à melhoria de sua produção, dificuldades de assegurar a terra, precariedade de condições de habitação, dificuldades de acesso a serviços de saúde, dificuldades de acesso a escolaridade, insegurança de alimentação, limitação continua e crescente de meios de produção (técnica e tecnologia), constrangimentos de acesso, controlo e influência nas decisões sobre os recursos naturais, inexistência ou deficiência de mercados tanto de bens de consumo como de comercialização de produtos agrários, preços praticados totalmente injustos e não remuneradores, limitado volume de informação exacerbado pelas dificuldades de acesso a esta mesma informação, fraca capacidade e possibilidade de utilização de recursos e fraquezas nos sistemas de governação de recursos.

Há factores de ambiente que influenciam continuamente e de maneira acentuada a pobreza camponesa, como saúde humana com considerações específicas para HIV-SIDA e outras doenças severas, dificuldades de relacionamento ao nível de género, considerações sobre a gestão sustentável de recursos naturais e ambiente, constrangimentos a nível de participação dos camponeses no controlo das decisões de desenvolvimento, condições de transporte precárias exacerbadas pelo mau estado das vias de acesso, inexistência de crédito rural, falta de estratégias adequadas para prática de agricultura nas zonas áridas e fraquezas internas na organização camponesa.

Esta problemática reflecte-se directamente no quadro do acesso aos alimentos pelas populações que se pode considerar como deficiente e conseqüentemente na segurança alimentar. A este quadro de deficiente acesso aos alimentos está paralela e emanentemente ligado o acesso a água potável pelas comunidades rurais agrícolas.

Nesta senda, a Sociedade Civil arrola os seguintes pontos constatados como sendo constringedores para o desenvolvimento do sistema agrícola nacional:

1. Tentativa de indução de um sector empresarial privado que substitua o sector familiar e privatização das empresas de prestação de serviços ao sector agrário;
2. Inexistência de políticas de suporte ao sector camponês que se saldou no desmantelamento das zonas produtoras e substituição por produtos importados e prevalência e confiança em políticas de ajuda alimentar;
3. Reduzida atenção e investimentos da componente de investigação e abandono de sua agenda;
4. Ignorância e marginalização de inovações técnicas de média dimensão;
5. Desmantelamento dos centros de treinamento vocacional e de transferencia de conhecimento para os produtores e para as novas gerações;
6. Desgovernança do sector de sementes o que levou à introdução de sementes não adaptadas, custosas e não sustentáveis (híbridos e OGMs);
7. Limitados investimentos em extensão pública para agricultura,
8. Inexistentes ou desprezíveis investimentos em infra- estruturas de irrigação;
9. Falta de atenção para as zonas marginais (particularmente as áridas);
10. Descontrolo do processo de fixação de preços de produtos agrários;
11. Fracos investimentos públicos no apoio a auto-organização camponesa;
12. Destruição da base de recursos naturais e perda do seu controle por parte dos camponeses;
13. Mercantilização da terra e outros recursos;
14. Emergência de conflitos de terras em algumas zonas;
15. Falta de financiamento para o sector agrário;
16. Políticas públicas ineficazes para proporcionar das condições e ambiente favoráveis para produção agrária.

De um modo geral, conclui-se que as políticas e estratégias do estado terão sido ineficazes de tal forma que não foram capazes de assegurar a sustentabilidade do sistema agrícola em todas as suas componentes, o que terá afectado os vários sub-sistemas das cadeias produtivas no sector agrário.

Em resumo, está-se perante cadeias produtivas ineficientes o que se traduz num sistema agrário insustentável, responsável pelo estado de pobreza absoluta no meio rural.

A agravar esta situação, registam-se ciclicamente calamidades naturais, sobretudo secas e estiagens, que deitam abaixo todo o esforço dos camponeses, esgotando as eventuais reservas de sementes, dinheiro, gado e outras eventuais formas de acumulação de riqueza.

Para Moçambique requerem-se **Políticas e Estratégias integradas** para se lograr cadeias produtivas agrárias eficientes que assegurem um sistema agrário sustentável.

Nas condições de mercado livre, onde uns são provedores outros são clientes, os agentes intercambiam produtos e serviços, recursos e dinheiro, e informação. Porque o dinheiro é o principal meio de troca, os seus fluxos ressaltam como mais importantes por se tratar de uma economia de mercado. É aqui que o produto do trabalho do produtor agrícola nacional é “valorizado”, saindo este sempre em desvantagens em relação aos outros agentes da cadeia, e daí o círculo vicioso da pobreza camponesa.

Supõe-se que estas desvantagens são superáveis se se adaptar uma abordagem dualista, que comporta uma visão de eficiência da cadeia de valores do sistema agrícola e uma visão de desenvolvimento rural integrado e sustentável (DRIS).

A visão de DRIS procura ser mais abrangente contemplando estratégias capazes de dinamizar todos os recursos endógenos, agrícolas e não agrícolas, existentes nos meios rurais, procurando-se não apenas o aumento da produção e da produtividade mas, também:

- o combate à pobreza;
- a promoção do emprego;
- a segurança alimentar;
- a preservação do território e o resgate dos valores culturais;
- a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais;
- a participação das populações locais para fortalecer os processos democráticos e a cidadania rural.

Em suma, a nova concepção do desenvolvimento rural integrado e sustentável tem o seu eixo no desenvolvimento humano, aproveitando o capital físico, natural e social das comunidades e visa a revalorização da “sociedade rural” e das suas atividades produtivas, das suas organizações, do seu modo de vida e das suas características socioculturais.

## **Recomendações da Conferencia Nacional de Desenvolvimento Agrário**

**( Maputo 6 e 7 de Dezembro)**

### **Texto a adaptar para a CIRADR**

O estado das condições para a agricultura e para o desenvolvimento rural não permitem que o produtor obtenha ganhos devido aos vários constrangimentos que lhe são impostos como por exemplo as deficiências do mercado, a falta de financiamentos, as vias de acesso em estado precário, a deficiência dos sistemas de informação.

A Sociedade Civil reconhece a necessidade de reformas no sector agrário nacional e que tal implica transformações nas relações sociais entre grupos de interesse. Para o país, programas de desenvolvimento agrário devem estar integradas nas políticas de desenvolvimento rural no geral por forma a assegurar a integridade e sustentabilidade.

As políticas sectoriais devem ser complementares para que permitam um desenvolvimento integrado e sustentável com a meta de estabelecer um suporte de desenvolvimento baseada na promoção do bem estar e da acumulação da riqueza.

#### **Terra**

Urge, em primeiro lugar, que o Estado assegure e garanta que as populações tenham a capacidade de gerir suas terras. Uma vez já criada a devida legislação é necessário que se definam mecanismos da sua aplicação sobretudo a favor das camadas mais desfavorecidas, sendo necessário que a presença do judiciário se faça presente para solucionar a problemática do conflito de terras.

#### **Água**

A problemática de acesso à água revela-se de extrema importância tanto para a agricultura como para a vida quotidiana. Devem se equacionar soluções para as áreas que tem o problema de acesso a água e incentivar a exploração de águas subterrâneas como uma alternativa válida para a colmatação deste problema.

É preciso que se promova a construção de represas e sistemas de regadios para permitir que haja mais disponibilidade e racionalidade no uso da água.

#### **Financiamento**

Experiências de outros países mostram que é possível criar mecanismos viáveis que devem ser promovidos nas áreas rurais, e que é possível fomentar uma política do credito que traga resultados positivos para o camponês.

Reconhecendo a fragilidade financeira do agricultor nacional, devem-se conjugar diferentes formas der financiamento (linhas de crédito, leasing, capitais de risco, seguro agrícola, fundos de garantia, etc).

## **Especialização / Diversificação**

Há que direccionar as acções olhando para a questão das assimetrias regionais e das condições agro-ecológicas de cada local e adequar à questão da administração e gestão dos recursos, priorizando, em cada local, actividades económicas que se adequam àquelas condições, numa perspectiva de especialização.

Ao mesmo tempo, considerando o fraco nível de desenvolvimento dos mercados, afigura-se pertinente incentivar a diversificação da produção para tendo em vista a segurança alimentar.

Numa perspectiva de desenvolvimento rural, deve-se insistir na classificação dos territórios por zonas agro-ecológicas de modo a favorecer uma melhor planificação, considerando a vulnerabilidade dos territórios às calamidades naturais, sejam cheias, secas ou estiagens.

## **Produção / Mercados**

Reconhece-se a incapacidade da população rural de se escapar da pobreza e do subdesenvolvimento sem que seja apoiada directa e expressamente. O apoio directo tem de ser massivo, devendo se centrar:

- Na disponibilização de melhores instrumentos de produção e de sementes melhoradas;
- No uso de fertilizantes orgânicos e outros;
- Na introdução de novas técnicas agrárias;
- Na especialização e na melhor integração no mercado

É preciso criar condições para a capacitação dos produtores locais tendo em conta a realidade local usando os recursos locais e as capacidades locais, como forma de melhorar a competitividade dos produtos de modo a fazer frente à invasão por produtos importados.

É necessário incentivar a promoção de celeiros melhorados para garantir uma boa conservação dos produtos e contribuir para a segurança alimentar.

É preciso promover o melhoramento das condições de acondicionamento (classificação dos produtos, embalagem, rotulagem, licenciamento e controle de qualidade dos produtos), por forma dar garantias de qualidade aos consumidores.

Na área de comercialização existe a necessidade de dinamizar canais de informação, comunicação e colocação dos produtos no mercado, devendo-se promover a exportação dos produtos agrícolas nacionais.

## **Associativismo**

A Sociedade Civil recomenda a promoção do associativismo por constituir uma forma de organização fundamental tendo em conta a impossibilidade de desenvolver uma agricultura competitiva com base no individualismo.

O conjunto de infra-estruturas físicas e organizacionais necessárias para assegurar sustentabilidade socio-económica é de custos bastante elevados e longe do alcance de qualquer produtor individual, mas bem viável para um grupo de produtores associados. Reconhece-se que o processo de sensibilização e consciencialização rumo ao associativismo é um processo que exige tempo e dedicação e os resultados são a médio e longo prazo.

## **Treinamento**

É necessário, em conjunto com outros elementos, criar mecanismos que orientem o camponês para que consiga criar meios de alcançar um maior rendimento e produtividade. Esses mecanismos passam pela capacitação, modernização, gestão e controle do crédito. E crédito não pode se dissociar de outros elementos dentro do sector agrário.

## **Actividades não agrícolas no meio rural**

Por se considerar, por um lado, que com uma boa aplicação da legislação é possível um desenvolvimento sustentável e equitativo e, por outro, por existir um deficiente acesso à informação, torna-se necessário uma divulgação conjunta de leis de terras, florestas e fauna bravia, e outras relevantes para o desenvolvimento rural como o turismo.

Promover nas zonas rurais não só as atividades agrícolas tradicionais, mas também toda a gama de outras atividades que se consideram marginais devido à sua pouca importância na criação do emprego e na geração de renda para as populações rurais. Trata-se portanto de atividades essencialmente não agrícolas, ligadas à habitação, ao lazer, à agroindústria, à prestação de serviços, etc..